

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.578.735 - RJ (2019/0270066-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : MASSA FALIDA DO BANCO BVA S.A - MASSA FALIDA
ADVOGADOS : HÉLIO JOSÉ CAVALCANTI BARROS - RJ082524
LUCIENE DIAS BARRETO SALVATERRA DUTRA - RJ099173
JULIANA VANZILLOTTA VILLARDI - RJ137844
DANIELLE DE ALBUQUERQUE FARIAS - RJ084583
AGRAVADO : ADILSON SIQUEIRA BARROS
AGRAVADO : ROSANGELA PEREIRA DA COSTA BARROS
ADVOGADOS : DANIEL COSTA LIMA DA ROCHA - RJ088441
FLAVIO PEREIRA DA COSTA BARROS - RJ120908
TIAGO DOS ANJOS MACHADO - RJ121215
GERSON SILVEIRA ARRAES - RJ141801

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1042 do CPC/15), interposto por **MASSA FALIDA DO BANCO BVA S.A**, contra decisão que não admitiu recurso especial (fls. 549/553 e-STJ).

O apelo nobre, amparado no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (fls. 294/295, e-STJ):

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE TERCEIRO. IMÓVEL ADQUIRIDO ATRAVÉS DE TRANSAÇÃO IMOBILIÁRIA REALIZADA EM 1988. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, CONVERTIDA EM MONITÓRIA, AJUIZADA EM 2000, REFERENTE A CONTRATO NO QUAL OS DEVEDORES CONTRAÍRAM EMPRÉSTIMO EM 1998.MANDATO EM CAUSA PRÓPRIA. APLICAÇÃO DO ART. 1317, I, DO CÓDIGO CIVIL DE 1916.

O inciso I, do art. 1317 do Código Civil de 1916 estabelecia acerca da irrevogabilidade do mandato quando se tiver convencionado que o mandante não possa revogá-lo, ou for em causa própria a procuração dada.

O negócio jurídico firmado em 27 de maio de 1988 entre os promitentes cessionários e os embargantes ora agravados (cedentes) restou demonstrado através dos documentos apresentados (arquivo 61/66).

O conjunto probatório corrobora a assertiva de que a procuração "em causa própria" foi outorgada como pagamento do imóvel dos Embargantes situado na Av. Érico Veríssimo, nº 380.

Os agravados demonstraram a posse do referido imóvel por mais de vinte e cinco anos.

O financiamento realizado pelos devedores, que restou inadimplido e culminou com o ajuizamento da monitória e a penhora do imóvel em que residem os agravados, foi contraído mais de dez anos depois, em 18 de

junho de 1998.

Honorários advocatícios fixados em R\$ 10.000,00 é compatível com o valor atribuído à causa, de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Bem como, foi adequadamente arbitrado levando em consideração o trabalho desenvolvido pelo advogado e a complexidade da causa. Inteligência do art. 20, § 3Q, do CPC. Recurso não provido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 310/318, e-STJ).

Na origem, a demanda proposta versa sobre embargos de terceiros visando a desconstituição de penhora sobre bem imóvel. O Juízo de primeiro grau julgou procedentes os pedidos para determinar o levantamento da penhora. O Tribunal *a quo* deu parcial provimento ao recurso, a fim de majorar os honorários advocatícios.

Em suas razões de recurso especial, o recorrente, ora agravante, aponta ofensa aos artigos 1.022, II, do CPC/15, 685, 166, V e 1245 do CC/02. Sustenta, em síntese: i) houve negativa de prestação jurisdicional, pois o Tribunal de origem não se manifestou sobre a aplicação de dispositivos legais, assim como acerca da súmula 303 do STJ; ii) não se pode considerar válida a procuração decorrente da celebração do negócio jurídico; e, por fim iii) não pode ser responsabilizado pelo pagamento dos honorários advocatícios.

Sem contrarrazões (fl. 547, e-STJ).

Em juízo de admissibilidade, negou-se o processamento do apelo especial, sob argumento de inexistir negativa a prestação jurisdicional, bem como rever o entendimento da Corte local demandaria o reexame de fatos e provas.

Daí o presente agravo (fls. 585/618, e-STJ), buscando destrancar o processamento daquela insurgência, no qual o recorrente objetiva refutar os óbices aplicados pela Corte estadual.

Contraminuta às fls. 630/637, e-STJ.

É o relatório.

Decide-se.

O inconformismo **não merece** prosperar.

1. Inicialmente, verifica-se que a apontada violação do art. 1.022 do CPC/15 não se configura, haja vista o Tribunal estadual ter dirimido clara e integralmente a controvérsia acerca da desconstituição da penhora, porém em sentido contrário ao pretendido pelo agravante. É, aliás, o que se observa dos seguintes excertos do acórdão recorrido (fls. 299/300, e-STJ):

"Os documentos acima corroboram a assertiva de que a procuração "em causa própria" foi outorgada como pagamento do imóvel dos agravados (embargantes) situado na Av. Érico Veríssimo, nº 380. Ademais, os agravados lograram êxito em comprovar residir no imóvel penhorado há mais de vinte e cinco anos. Cabe ressaltar que a ação de execução de título executivo extrajudicial, convertida em monitória, na qual foi determinada a penhora do imóvel dos agravados (embargantes), foi ajuizada somente no ano 2000, tendo como origem contrato de abertura de crédito com financiamento de R\$ 3.465.900,00 junto ao BNDES, contraído em 18 de junho de 1998, por CIMOBRÁS INDÚSTRIA DE MOLAS BRASILEIRAS LTDA, Antonio Carlos Alves Lavouras e José

Ricardo Alves Lavouras (arquivos 139/146). Logo, como se constata, correta a sentença de procedência dos embargos de terceiro, com determinação para a desconstituição da penhora."

Portanto, consoante a jurisprudência desta Casa, o julgador não está compelido a analisar todos os argumentos invocados no recurso quando tenha encontrado fundamentação satisfatória para dirimir integralmente o litígio.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. PETIÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DE ANÁLISE DE QUESTÃO RELEVANTE PARA O JULGAMENTO DA LIDE. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA N. 283/STF. DECISÃO MANTIDA.

1. Inexiste afronta aos arts. 165, 458, II, e 535, II, do CPC/1973 quando o acórdão recorrido apresenta fundamentos suficientes para embasar a decisão, enfrentando todas as questões pertinentes para a solução da lide e manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo.

(...)

(PET no AREsp 489.892/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 12/03/2018)

2. No que se refere à ofensa ao enunciado da Súmula 303/STJ, não cabe a este Tribunal apreciá-la em recurso especial, uma vez que "Para fins do art. 105, III, a, da Constituição Federal, não é cabível recurso especial fundado em alegada violação de enunciado de súmula" (Súmula 518/STJ).

3. Por fim, para afastar a conclusão do Tribunal de origem no sentido de que **os embargantes comprovaram o exercício da posse apta a ensejar o cabimento dos embargos de terceiros** (fls. 299/300, e-STJ), seria necessário promover o reexame do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada na via eleita, a teor do óbice da súmula 7 do STJ.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **EMBARGOS DE TERCEIROS. IMÓVEL CONSTRITO JUDICIALMENTE. PLEITO DE MANUTENÇÃO DE POSSE.** REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos a teor do que dispõe a Súmula n. 7/STJ.

2. O Tribunal de origem, com base nos elementos contidos nos autos, concluiu inexistirem provas suficientes para a concessão da liminar.

Alterar esse entendimento demandaria o reexame do conjunto probatório, o que é vedado em recurso especial.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 326.957/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 13/05/2014, DJe 02/06/2014)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. PENHORA. POSSE NÃO COMPROVADA. SÚMULA 7/STJ.

1. O Tribunal local manteve a constrição judicial sobre o imóvel objeto da controvérsia porque o ora recorrente não corroborou o valor probante do documento apresentado, em sede de embargos de terceiros, ao não trazer aos autos elementos que demonstrassem a sua efetiva posse sobre o imóvel, seja direta seja indireta.

2. O agravante, a pretexto de valoração da prova, busca o objetivo único de reapreciação do julgado, com base no documento de compra e venda; contudo, não infirma o fato noticiado pelas instâncias ordinárias de que não há nos autos comprovação de sua posse sobre o imóvel objeto da controvérsia, nem direta nem indireta, fundamento o qual por si só é suficiente para a manutenção da decisão recorrida.

Precedentes.

3. À pretensão recursal, incide o óbice da Súmula 7/STJ.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 240.293/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 05/02/2013, DJe 14/02/2013)

4. Do exposto, com fundamento no art. 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator